

# Acordo sobre Regimento limitará poderes da Constituinte; governo e PFL vencem PMDB

Da Sucursal de Brasília



O Congresso constituinte vota no próximo dia 10 seu Regimento Interno, dentro dos limites impostos pelo governo, e como desejava o PFL. Apesar de ainda não formalizado o acordo entre o PMDB e o PFL em torno da soberania da Constituinte, sua essên-

cia já está definida. O parágrafo do substitutivo do relator senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) que trata questão, alvo de ataques do governo, do PFL, do PTB e do PDS, está sendo abrandado por Luiz Henrique (SC), líder do PMDB na Câmara, José Lourenço (BA), líder do PFL na Câmara e na Constituinte e pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) —que levou ao presidente José Sarney uma redação limitando a soberania do Congresso constituinte.

Luiz Henrique, 47, afirmou que,

pelo novo texto do Regimento, a Constituinte poderá alterar a Constituição em vigor apenas para reagir a alguma eventual ameaça a seu trabalho. Com a nova redação, o parágrafo 7º do artigo 57 do substitutivo terá, segundo Luiz Henrique, "uma linguagem clara, o que não ocorria no original". A redação de Fernando Henrique Cardoso permitia que os constituintes, por exemplo, reduzissem o mandato do presidente Sarney já. O novo texto não permitirá modificações como esta na atual Carta.

O PFL, vitorioso na questão da soberania, está apresentando agora uma nova exigência para a votação do substitutivo: a revogação do artigo 82, que estabelece o funcionamento da Câmara e do Senado somente em caráter extraordinário.

O partido acha que as duas Casas devem funcionar regularmente. Mas Luiz Henrique disse que o PMDB não abre mão do recesso branco da Câmara e Senado e que, neste caso, toda a bancada está a favor da aprovação do artigo.

## Sarney diz não ter vocação para Kerensky

O presidente José Sarney ofereceu um jantar aos líderes anteontem aos líderes do PFL no mesmo sítio São José do Pericumã, no município de Luziânia (GO), 40 km ao sul de Brasília) onde havia recebido, algumas horas antes, o presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. "Não tenho vocação para Kerensky, nem proposta de ser ditador", teria afirmado o presidente, segundo o relato feito ontem pelo líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), 46. Segundo Chiarelli, a frase teve o objetivo de explicar os motivos que levaram o Executivo a jogar toda sua força política para impedir, na quarta-feira passada, a votação e aprovação pelo PMDB do Regimento Interno do Congresso constituinte.

No jantar estavam presentes o chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, e o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), além de Chiarelli. A conversa do presidente com o comando do PFL mostra o grau de aproximação entre ambos, a partir da manobra que impediu a votação do Regimento.

Kerensky foi o chefe do efêmero governo provisório da Rússia em 1917, logo após queda do regime czarista, mas foi atropelado pela Revolução Bolchevique, em outubro de 1917, que instalou o poder soviético.

Segundo Chiarelli, Sarney também teria defendido seu direito de opinar "como cidadão e como presidente da República" nos assuntos do Congresso constituinte. "Até porque fui eu quem convocou a Constituinte" —teria afirmado Sarney, ainda segundo o relato de Chiarelli. (O Congresso constituinte foi convocado através da Emenda número 26 à Constituição atual, enviada no dia 28 de junho de 1985 ao Congresso Nacional pelo presidente Sarney).

"O presidente entende que, como cidadão, presidente da República e líder político, tem o direito e o dever de opinar sobre a Constituinte. Ele não aceita não poder falar nem poder agir. Se ele se afasta do processo está esvaziando a Constituinte" —afirmou Chiarelli. O ministro Marco Maciel, um dos líderes nacionais do PFL, foi



Carlos Chiarelli, do PFL

no mesmo tom, ontem: "Sua participação no processo (constituinte) é não só desejável mas necessária. O processo de transição é liderado pelo presidente José Sarney". Para Maciel, a nova Constituição será justa-

mente "o coroamento" do processo de transição.

O deputado Ulysses Guimarães, 70, foi cauteloso ontem, ao falar sobre interferência do presidente na Constituinte. "O presidente não pode se alhear dos problemas nacionais" —disse, ontem, de manhã, pouco antes da instalação do Congresso Nacional. Para Ulysses, entretanto, a participação do Palácio do Planalto deve ser feita através dos líderes partidários.

"Através das lideranças dos partidos (PMDB e PFL) e da liderança do governo tudo vai caminhar bem" — afirmou Ulysses. A conversa que manteve com Sarney, anteontem, teve "o sentido do entendimento entre os partidos que apóiam" —segundo Ulysses.

O líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), entretanto, não participou nem da reunião com Ulysses nem com os líderes do PFL. Até ontem à noite, ele estava em Salvador, sua cidade. Ontem, Carlos Chiarelli disse que o presidente pretende "prestigiar" seu líder de governo.

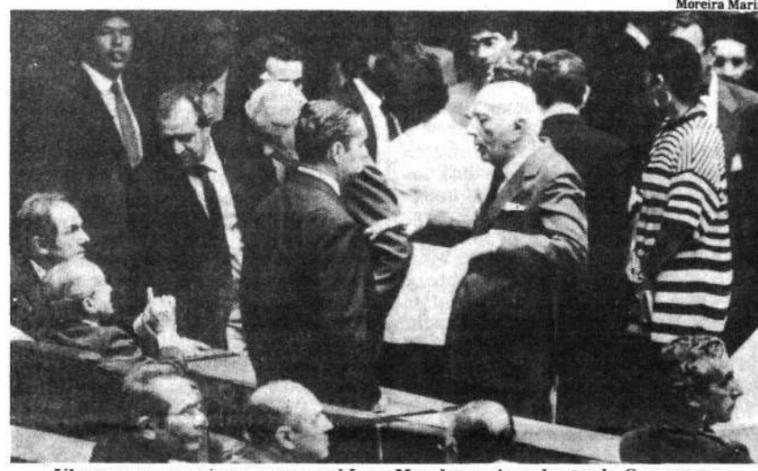
## Ulysses deseja compatibilização das Casas

O princípio da compatibilização entre Câmara, Senado e Congresso constituinte deverá ser incluído no substitutivo do relator do projeto de Regimento Interno, senador Fernando Henrique Cardoso. A informação é do presidente do Congresso constituinte, da Câmara e PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que disse ontem, durante a instalação do Congresso Nacional, não ver condições de funcionamento normal destes três organismos num ano em que se pretende formular a nova Constituição.

"Desde o início, alertei a todos para a dificuldade que seria compatibilizar os trabalhos do Congresso. Só aceitei ser candidato a presidente da Câmara por entender que complicaria o fato de termos dirigentes distintos para cada uma das Casas do Legislativo", disse Ulysses. Acrescentou que até fisicamente torna-se complicado o trabalho porque o número de funcionários para atender os parlamentares constituintes é o mesmo do ano passado.

Ulysses disse sugerir que haja convocações extraordinárias tanto de Câmara como do Senado, quando aparecerem projetos de urgência ou relevância nacional. O presidente do Congresso constituinte e um número a ser definido de assinaturas de deputados e senadores ficariam habilitados a convocar extraordinariamente as duas Casas, explicou Ulysses. Para o deputado, "a prevalência dos trabalhos tem de ser para o Congresso constituinte".

O coordenador da bancada do PMDB de São Paulo na Câmara dos Deputados, Roberto Rollemberg, 56, pretende convocar para o próximo dia 9 seus companheiros a fim de debater as teses sobre funcionamento da Câmara e Senado. Ele defende a alteração do quórum de decisão do Congresso, atualmente em dois ter-



Ulysses conversa com o general Ivan Mendes na instalação do Congresso

## Lucena convoca sessão do Senado

O presidente do Congresso Nacional, Humberto Lucena (PMDB-PB), 58, convocou sessão do Senado para o próximo dia 9, segunda-feira, às 18h30. Nesta sessão, segundo Lucena, o Senado vai reformar seu Regimento Interno a fim de compatibilizar o seu horário de funcionamento com o da Constituinte. A abertura dos trabalhos no Senado contraria decisão da bancada do PMDB na Câmara, pela qual Câmara e Senado só funcionariam extraordinariamente.

cos, para maioria absoluta, como já funciona no Congresso constituinte. Com isso, Rollemberg acredita que estará restituída "a tal soberania de que tanto se falou nesse primeiro

Mas a bancada na Câmara não tem poder sobre o Senado.

A decisão de reabertura do Senado foi tomada pelos líderes de todos os partidos em reunião na última sexta-feira, na presidência da Casa. Para Humberto Lucena, o Senado terá muito trabalho nos próximos dias. Tem uma relação de dez embaixadores para aprovar, pedidos de empréstimos de Estados e municípios para autorizar e apreciação de cerca de 270 projetos variados, entre eles, uma centena de decretos-lei.

mês". Alterado o quórum, Câmara e Senado poderiam se reunir e reformar, sem traumas, trechos da atual Constituição que sejam considerados como "entulho autoritário".

## Cresce distância entre Ulysses e Sant'Anna

Da Reportagem Local

"Esse assunto vocês têm que tratar com o líder do governo. Como é mesmo o nome dele? Aquele que é baiano... Hem? Carlos Sant'Anna, é, isso". Nas últimas semanas, este aparente lapso de memória do presidente nacional do PMDB, do Congresso constituinte e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, 70, tem se mostrado cada vez mais frequente e revelador.

Ele é um dos indicadores da distância que separa hoje Ulysses do deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 53. Escolhido há cerca de um mês para comandar o apoio ao governo na Constituinte, Sant'Anna transformou-se num valioso conduto para as reivindicações pessoais de deputados e senadores junto à União. Convertido-se, ainda, no adversário número um do líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), e num corpo estranho no grupo que, nos últimos 25 meses, habituou-se a equacionar os problemas do governo no Congresso —normalmente sob a liderança de Ulysses.

Ciente disso, e do risco de isolamento a que está sujeito por parte do comando de seu partido, Carlos Sant'Anna —um médico circunspeto e seco— manobra nos bastidores, para manter-se integrado à bancada do PMDB. A Folha apurou que os peemedebistas baianos que articulam a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o chamado "caso NEC", contam com uma promessa de apoio, feita na maior discrição, por Sant'Anna. A CPI investigaria um suposto empenho do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, na compra feita pelo presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, da companhia NEC do Brasil. Da articulação desta ofensiva

## Líder do governo critica líder do PMDB

Da Sucursal de Brasília

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 53, disse que o líder do PMDB na mesma Casa, deputado Luiz Henrique (SC), "não tem poderes" para puni-lo ou censurá-lo por sua atuação na última quarta-feira, quando o Congresso constituinte adiou a votação de seu Regimento Interno.

Sant'Anna reconheceu sua participação na manobra de esvaziamento do plenário, na quarta-feira, o que levou ao adiamento da votação, contra a orientação de Luiz Henri-

que. Mas justificou sua atitude com o argumento de que estava tentando viabilizar um acordo entre a liderança do PMDB, os "moderados" deste partido e o PFL em torno do Regimento.

A atuação de Sant'Anna levou Luiz Henrique a afirmar, na sexta-feira, que iria encaminhar um pedido de punição contra o líder do governo. Sant'Anna respondeu a Luiz Henrique afirmando que "decisão sobre Regimento não é matéria programática". "Ele não tem sobre o que me avaliar" —disse Sant'Anna, anteontem às 15h15, de Salvador, por telefone.

contra o ministro participam o governador eleito da Bahia, Waldir Pires —cuja relação com o presidente Sarney, em razão desse problema, estão seriamente abaladas—, e deputados do PMDB, como Genivaldo Correa e Francisco Pinto.

### Debandada

Ao final da sessão de quarta-feira passada, fracassada a tentativa de ala esquerda do PMDB de aprovar um texto de Regimento capaz de alterar a atual Constituição, o relator do trabalho, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), aproximou-se dos deputados Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Virgildásio Senna (PMDB-BA) e comentou: "Da próxima vez, quem vai relatar isso é o baiano..." —numa clara alusão a Sant'Anna. O líder do governo tinha concordado com a redação do polémico parágrafo 7º do artigo 57 (que tratava da soberania), e só depois de um contato com o Palácio do Planal-

to, percebeu que este parágrafo poderia resultar, até mesmo, no destino do mandato do presidente Sarney —e voltou atrás.

Quem conhece a história recente do jogo de forças dentro do PMDB sabe que a distância entre Carlos Sant'Anna e Ulysses Guimarães nunca foi pequena. Em 83, quando o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, e o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, engajaram-se numa disputa de influência para a eleição de um novo comando nacional para o PMDB, era no apartamento do deputado Sant'Anna, em Brasília, que Tancredo e seus correligionários mais próximos, todos do grupo "Unidade", articulavam suas manobras, longe da curiosidade da imprensa. Semana passada, Sant'Anna recordou os tempos do "Unidade", de distância em relação ao presidente nacional do PMDB. Sabia bem a que estava se referindo. (Roberto Lopes)

## Governo de SP reúne em livro propostas para a nova Carta

Da Reportagem Local

O Congresso constituinte deveria transformar o Complexo Penitenciário do Carandiru, na zona norte de São Paulo, em "prédio de moradia com 99.510.750 apartamentos, com uma sala, dois quartos, cozinha, banheiro, área de serviço, interfone, água, luz, gás, telefone, quadra de esportes, escola desde creche até a faculdade, oficina de costura, calçados, malharia e outras, posto médico, enfermaria, limpeza, porteiros, tudo isto para os favelados". A inexecutável proposta, de autoria da paulista Maria Alice Fontinelle, faz parte do bloco de cerca de 4 mil idéias —várias delas tão estranhas quanto esta— que integram o livro "As Sugestões do Povo de São Paulo à Assembléia Nacional Constituinte", editado pela Secretaria de Estado da Descentralização e Participação.

O volume, com 262 páginas, reúne as sugestões enviadas à Secretaria através do serviço "Linha Direta para a Constituinte", iniciado em maio de 1986, que recebia as propostas do público por telefone —com discagem direta grátis para chamadas de interior paulista—, através do sistema de Videotexto da Telesp —Telecomunicações de São Paulo S.A.— e por carta. Com uma capa chamativa, em quatro cores e papel brilhante, o livro foi produzido na Imprensa Oficial do Estado —Imesp—, com uma tiragem de setecentos exemplares.

O próprio governador Franco Montoro fez a entrega de um exemplar ao deputado Ulysses Guimarães, na abertura do Congresso constituinte, em Brasília. Também os dirigentes partidários receberam o seu. No texto que serve de prefácio à compilação, Montoro ressalta que "a participação é fator essencial da democracia", e apresenta como contribuição a esse processo "quatro mil sugestões, de todos os segmentos da sociedade, ao texto constitucional". Acontece que grande parte delas, quando não são absurdas, referem-se a problemas situados na esfera da legislação ordinária, e não na da Constituição.

Ao lado de inúmeras propostas para a aposentadoria da mulher aos 25 anos de serviço, pode-se encontrar a reivindicação de um grupo de estudantes de Sorocaba, no interior paulista, para que os derivados de petróleo sejam substituídos pela "matéria-prima nacional, como o babaçu, carnaúba, coco da Bahia". Maria Tereza Caetano, 50, de Santo André, quer que o "Corpo de Bombeiros use rede embaixo, como no circo". O fazendeiro Péricles Ferraz Nogueira, 80, acha que o cargo de vice-presidente da República deveria ser extinto, e o aposentado José Francisco de Campos, 65, exige a inclusão dos Dez Mandamentos bíblicos nas provas de admissão a empregos públicos de nível universitário.

Entre as contribuições apresentadas para conter a criminalidade e a violência, pode-se encontrar, além da pena de morte pura e simples, algumas medidas que primam pelos requintes de sadismo. Ovílio Lenes de Campos, 58, de Itapevi, acha que homossexual e prostituta "devem ser castrados"; a professora Maria Madalena Resende, 36, prescreve "o corte de membros do corpo (exemplos: mãos, dedos)". Paulo César de Lima recomenda "decepar e julgar os ministros corruptos"; José Rodrigues do Carmo, de Palmeira D'Oeste, explica o castigo para "todo criminoso bárbaro: fazer uma pequena operação tirando a pataca do Joelho ou cortar o nervo da perna". —além da castração para crimes graves. (Marcelo Xavier de Mendonça)